

**2º RELATÓRIO DA REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA DEFESA NO MGI
MINISTÉRIO DE GESTÃO E DE INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO. 18/07/2024 Brasília.**

ASSUNTO: CTM/PCCTM – CARREIRA DE TECNOLOGIA MILITAR

PRESENTES:

José Lopes Feijóo SRT/MGI/ Marilene Ferrari Lucas SRT/MGI/ Mário dos Santos Barbosa SRT/MGI
Regina Coeli Camargos SGP/MGI/ Edison Rogério Aidas Hott Ministério da Defesa.

Luíz Cláudio de Santana - CSPB/ Sérgio Nilo da Silva - CSPB.

Sérgio Ronaldo da Silva - Secretário Geral da CONDSEF/FENADSEF.

Jaime de Bona - CONDSEF/FENADSEF/SINDSERF-RJ/DOMC.

Roberto Salimeni - CONDSEF/FENADSEF/SINDISERF-RJ/DOMC.

Maria de Lourdes da Silva - CONDSEF/FENADSEF/SINDSEP-MG/DOMC.

Elisabeth da Silva Santos - CONDSEF/FENADSEF/SINDSEP-DF/DOMC.

Marcolino Antunes de Oliveira - CONDSEF/FENADSEF/SINDISERF-RS/DOMC.

Solange Maria da Silva - CONDSEF/FENADSEF/SINDSEP-PE/DOMC.

PAUTA DA REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA DEFESA:

- 1) Reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar – CTM/PCCTM, Lei nº 9.657/1998, Lei nº 11.355/2006.
- 2) Enquadramento na CTM dos “demais cargos” extintos do antigo PCC, como Técnico de Tecnologia Militar e Auxiliar Técnico de Tecnologia Militar.
- 3) Enquadramento dos servidores do PGPE (Administrativos) dos órgãos industriais militares, constante no anexo da Lei nº 9.657/98, na CTM.
- 4) Extensão da GQ – Gratificação por Qualificação Profissional, para os servidores de nível auxiliar incluídos no PCCTM, conforme proposta da minuta de anteprojeto de Lei.
- 5) Destinação de recursos financeiros para revitalização dos órgãos industriais militares da Marinha, Exército e Aeronáutica.
- 6) Realização de concurso público para a CTM/PCCTM.

Ao iniciar a reunião da mesa setorial da Defesa pertinente a CTM/PCCTM, o Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação, Senhor José Lopes Feijó, salientando as pressões que o governo está sofrendo para cortar gastos. Em seguida fez a exposição em tela da proposta de recomposição parcial das perdas salariais para a CTM/PCCTM, de **9% em janeiro de 2025 e 3,5% em abril de 2026**.

O Secretário Feijó, salientou que o Presidente Lula, afirmou que durante seu mandato os servidores não terão reajuste menor que a inflação e destacou também que, dentro do processo de negociação das mesas, haverá possibilidade de seguir futuramente discutindo perdas salariais pretéritas.

Quanto ao processo de negociação de reestruturação dos planos de cargos, o governo assumiu o compromisso de aprofundar os estudos e dar continuidade às negociações pertinentes às propostas apresentadas pela CONDSEF. Nesta segunda reunião da mesa setorial da Defesa, o MGI priorizou a negociação dos percentuais para 2025 e 2026, com prazo máximo para fechar as negociações até 31 de julho do ano corrente.

O Secretário Feijó afirmou também que é necessário dar celeridade à negociação pertinente aos reajustes, tendo em vista que o MGI poderá receber comando de cortes de gastos. Disse também que foi muito difícil para este Ministério conseguir mais recursos dentro do orçamento, para melhorar a recomposição de partes das perdas remuneratórias dos servidores. Salientou também o Secretário que, depois de todos os acordos firmados, será feito um PL – Projeto de Lei, para ser enviado ao Congresso Nacional.

O Secretário de Relações de Trabalho do MGI se comprometeu a enviar para a CONDSEF-DF/FENADSEF, a contraproposta do governo na íntegra, apresentada em tela, nesta reunião setorial. Assim que a CONDSEF receber essas contrapropostas do governo, elas serão encaminhadas para seus sindicatos filiados, para serem analisadas, debatidas e deliberadas em assembleias pelas bases.

FALAS, QUESTIONAMENTOS E CRÍTICAS DA CONDSEF:

Muito chamou a atenção dos representantes da bancada sindical da CONDSEF, a negativa inicial do MGI com relação às propostas de extensão da GQ – Gratificação por Qualificação para os servidores de nível auxiliar, incluídos no PCCTM e a proposta de enquadramento dos servidores do PGPE na CTM.

Perguntado se havia impossibilidade jurídica ou se era decisão do governo, não conceder a extensão da GQ aos servidores de nível auxiliar do PCCTM, afirmaram que se tratava de cargos extintos no serviço público federal. Quando questionado pela CONDSEF/FENADSEF sobre o fato do nível auxiliar da C & T receber a GQ, sendo também cargos extintos, não houve uma resposta objetiva.

Quando perguntado se já era posição fechada do governo pertinente a esse assunto específico, o Secretário afirmou que ainda não, que haverá mais estudos ao longo do governo para dar uma resposta definitiva sobre essa questão, pelo sim ou pelo não.

Segundo o Secretário Feijóo, existe hoje um total de 44 mil cargos extintos no serviço público federal. Afirmou também que não haverá mais concurso público para nível auxiliar no serviço público federal.

Quanto à proposta de enquadramento dos servidores do PGPE na CTM de órgão industriais militares, Feijóo afirmou que neste momento não seria possível, porém se comprometeu em dar sequência aos estudos e análises, durante os trabalhos de reestruturação dos planos de cargos ao longo deste governo.

Feijóo afirmou que o PGPE é uma carreira transversal, onde os servidores podem ter mobilidade em vários órgãos do Serviço Público Federal e que os servidores do PGPE representam hoje 2/3 do serviço público federal, com mais de 300 mil cargos.

A CONDSEF/FENADSEF e sua bancada sindical, criticou o tratamento diferenciado sobre os percentuais, que no mínimo sejam iguais ao que foi ofertado para outros setores: Para o PGPE e PST 9% janeiro/2025 e 5% abril/2026; para o INSS foi definido 9% janeiro de 2025 e 9% para abril de 2026.

Para a CTM/PCCTM foi proposto 9% para janeiro de 2025 e 3,5% para abril de 2026. Assim, concluiu-se que, se as perdas são basicamente as mesmas para todos os servidores os índices também deveriam ser pelo menos iguais.

Os Coordenadores do DOMC – Departamento de Órgão Militares da CONDSEF/FENADSEF sugerem que se aprove a proposta de reajuste apresentada pelo SRT/MGI, considerando que se trata do valor que o governo pode oferecer neste período, ao passo que pede a correção do índice para 5% em abril de 2026. Igualando assim, com o percentual mínimo concedido para os servidores do PGPE e PST.

A CONDSEF/FENADSEF destacou a importância da presença dos representantes dos três Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) nas mesas setoriais da Defesa, mas a ideia não foi bem recebida pelo Secretário Feijóo. Segundo o Secretário os Comandos militares não têm sua importância nesse momento, pois são sempre favoráveis aos servidores, porque eles não têm a responsabilidade de gestão sobre as questões pertinentes às carreiras dos servidores, inclusive para buscar recursos, pois isso é tarefa do MGI junto ao governo federal.

A CONDSEF/FENADSEF, fez duras críticas e grandes desabafos ao tratamento dado por diversos governos, que sempre dão menor importância aos servidores do PGPE, que ao longo de anos sofrem com as grandes diferenças remuneratórias, perpetuando injustas diferenças na remuneração desses trabalhadores do serviço público federal.

Contudo, cabe informar que a CONDSEF/FENADSEF, protocolou junto a SRH/MGI as seguintes demandas deste setor:

- 1) Exposição de motivos para a reestruturação do plano de cargos e carreira (PCCM) do Tribunal Marítimo, vinculado ao Comando da Marinha.

- 2) Exposição de motivos para criação do sistema PASS – Plano de Assistência à saúde Suplementar. Encaminhada ao Ministro da Defesa, ao Comando da Marinha e da Aeronáutica.

Observação: A SRH/MGI se comprometeu em enviar as contra propostas do governo, apresentadas em tela na reunião da mesa setorial da Defesa para a CONDSEF/FENADSEF. Por todos esses aspectos, durante a segunda reunião da mesa setorial da defesa, referente à CTM/PCCTM, a bancada sindical depois de assistir a proposta apresentada pelo governo, às reivindicações foram reforçadas e cobradas pela necessidade de corrigir as graves injustiças ao longo de anos cometidas contra esses servidores e servidoras do serviço público federal.

Diante da fala do Secretário José Lopez Feijóo, sobre o fato de o governo estar sofrendo pressões para cortar gastos, a bancada sindical da CONDSEF/FENADSEF retrucou afirmando a necessidade de se fazer uma auditoria do sistema da dívida pública. Feijóo replicou que a atual composição do Congresso Nacional inviabiliza o governo pedir a referida auditoria.

A bancada sindical da CONDSEF/FENADSEF, não polemizou o assunto, mas é público e notório que outros governos passados do PT de Lula e Dilma, houve condições de se encaminhar ao Congresso Nacional o pedido de auditoria para o sistema da dívida pública, com base no artigo 26 das disposições constitucionais transitória, mas não foi feito. Lula não pediu, mesmo quando tinha maioria no Congresso Nacional, Dilma fez pior vetou, foi a favor dos bancos e contra as assinaturas de apoio a essa auditoria.

Neste sentido, solicitamos que as nossas entidades sindicais filiadas, realizem assembleia por local de trabalho para debater a proposta apresentada pelo MGI, e retornem com uma posição impreterivelmente até o dia 31/07/2024.

Brasília-DF, 23 de julho de 2024.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da CONDSEF/FENADSEF